

TEORIA GERAL DE DIREITO CIVIL II (2020-21)

TURMA B

PROGRAMA

REGENTE: PROF. DOUTOR JOSÉ ALBERTO VIEIRA

TÍTULO I

AS PESSOAS

1. A pessoa humana defronte do Direito

CAPÍTULO I

O DIREITO DA PERSONALIDADE

SECÇÃO I

DOGMÁTICA GERAL E ÂMBITO

2. A origem histórica

3. A evolução

4. O objecto. Os direitos de personalidade

5. A ausência de uma tipicidade taxativa de direitos de personalidade

6. Características dos direitos de personalidade

7, Modalidades

8. A dispersão do regime jurídico: entre a Constituição, o Direito Penal e o Direito Civil

9. Direitos de personalidade e direitos do homem

10. Direitos fundamentais e direitos de personalidade

11. Direitos de personalidade das pessoas colectivas. Discussão e âmbito

SECÇÃO II

OS DIREITOS DE PERSONALIDADE EM ESPECIAL

SUBSECÇÃO I

A PROTECÇÃO DA PESSOA FÍSICA

- 12. O direito à vida
- 13. O direito à integridade física
- 14. O direito ao repouso

#### SUBSECÇÃO II

##### A PROTECÇÃO DA DIMENSÃO ÉTICA DA PESSOA

- 15. O direito à integridade moral, ao bom nome e à reputação
- 16. O direito ao nome

#### SUBSECÇÃO III

##### A PROTECÇÃO DA PRIVACIDADE DA PESSOA

- 17. O direito à imagem
- 18. O direito à reserva da vida privada
- 19. As cartas-missivas confidenciais
- 20. Um direito da personalidade ao esquecimento?

#### SUBSECÇÃO IV

##### RELAÇÕES FAMILIARES E AFECTOS COMO OBJECTO DE TUTELA DA PERSONALIDADE?

- 21. O problema em face do art. 496.º do Código Civil. A jurisprudência portuguesa em matéria de responsabilidade civil
- 22. A personalidade na relação de parentesco?
- 23. A quebra da relação de afecto como violação da personalidade?

#### CAPÍTULO II

##### AS PESSOAS SINGULARES

#### SECÇÃO I

##### A PERSONALIDADE JURÍDICA

- 24. Personalidade jurídica. Conceito
- 25. O início da personalidade. Reconhecimento ou atribuição?
- 26. A vida pré-natal e a personalidade jurídica. O problema

27. A tutela civil do nascituro

## SECÇÃO II

### A CAPACIDADE JURÍDICA

28. A capacidade jurídica. Conceito

29. A capacidade de gozo e a capacidade de exercício

30. A menoridade

31. O regime jurídico da menoridade

32. Os maiores acompanhados

33. O regime jurídico dos maiores acompanhados

34. Maioridade e emancipação

## SECÇÃO III

### O ESTADO DAS PESSOAS

35. O estado civil

36. O registo civil

37. A identidade

38. O domicílio. Noção e regime jurídico

39. Ausência e a morte presumida

## SECÇÃO IV

### A CESSAÇÃO DA PERSONALIDADE

40. A morte

41. Os efeitos jurídicos da morte

42. A situação especial do cadáver

43. A tutela *post mortem*

## CAPÍTULO III

## AS PESSOAS COLECTIVAS

### SECÇÃO I

44. A origem remota no Direito romano
45. O desenvolvimento medieval a partir da ideia de *universitas*. A *universitas personarum*
46. As concepções de Savigny e da pandectística alemã do século XIX sobre o conceito de personalidade colectiva
47. As doutrinas contemporâneas da pessoa colectiva
48. Prossecução de escopos colectivos por organizações não personalizadas pelo Direito. Pessoas rudimentares?
49. A nossa perspectiva

### SECÇÃO II

#### DOGMÁTICA GERAL

50. As fontes portuguesas na matéria
51. Classificações de pessoas colectivas. Critérios de classificação
52. A formação da pessoa colectiva. O acto de constituição e os estatutos
53. A organização da pessoa colectiva. Órgãos e representantes
54. Titulares dos órgãos da pessoa colectiva. Deveres e responsabilidade civil
55. A capacidade da pessoa colectiva. O denominado princípio da especialidade; crítica
56. O funcionamento da pessoa colectiva
57. A responsabilidade civil da pessoa colectiva
58. A modificação e a extinção

### SECÇÃO III

#### O LEVANTAMENTO DA PERSONALIDADE COLECTIVA

59. A ideia original do levantamento da personalidade colectiva
60. A evolução posterior
61. A doutrina actual do levantamento da personalidade
62. Confronto com o Direito positivo português

## CAPÍTULO IV

### AS PESSOAS COLECTIVAS EM ESPECIAL

#### SECÇÃO I

##### ASSOCIAÇÕES

- 63. O acto de constituição da associação. A deliberação negocial de constituição
- 64. Forma do acto de constituição. Os estatutos
- 65. O associado. Posição jurídica
- 66. Os órgãos da associação. Competência
- 67. Funcionamento da associação
- 68. Modificação e extinção
- 69. Associações especiais, com e sem personalidade jurídica

#### SECÇÃO II

##### FUNDAÇÕES

- 70. A origem e a evolução das fundações
- 71. As fontes do Direito das fundações
- 72. A instituição da fundação. Requisitos legais e estatutos
- 73. O instituidor
- 74. O reconhecimento administrativo
- 75. Os órgãos da fundação. Competência
- 76. Funcionamento da fundação
- 77. Modificação e extinção
- 78. Fundações públicas

#### SECÇÃO III

##### SOCIEDADES CIVIS PURAS

- 79. Da *societas* romana à sociedade civil
- 80. Sociedades civis puras e sociedades civis com forma comercial
- 81. O problema da personalidade jurídica da sociedade civil pura. Doutrinas e posição adoptada

- 82. Contrato constitutivo. Forma
- 83. O sócio. Posição jurídica
- 84. Organização da sociedade civil
- 85. Funcionamento
- 86. Responsabilidade da sociedade civil pura por dívidas a terceiros. Posição dos sócios
- 87. Modificação e extinção

## TÍTULO II

### O OBJECTO

#### CAPÍTULO V

#### EVOLUÇÃO HISTÓRICO-DOGMÁTICA DAS COISAS

- 88. *A res romana. Os corpora e os iura*
- 89. As coisas nas Ordenações do Reino
- 90. As coisas na pré-codificação civil portuguesa
- 91. As coisas no Código Civil de Seabra
- 92. As coisas no anteprojecto, nas revisões ministeriais e no projecto final
- 93. A dimensão histórico-cultural do conceito de coisa

#### CAPÍTULO VI

#### ENQUADRAMENTO DOGMÁTICO

- 94. Coisa e objecto
- 95. Coisa e bem
- 96. Noção de coisa
- 97. Coisas e direitos
- 98. A energia como coisa
- 99. A informação digital como coisa
- 100. O domínio público
- 101. Domínio público e Direito Civil
- 102. Os baldios
- 103. Os denominados bens culturais

## CAPÍTULO VII

### CLASSIFICAÇÕES DE COISAS

- 104. Coisas corpóreas e incorpóreas
- 105. As partes de coisa
- 106. Os imóveis
  - a. Prédios rústicos e urbanos
  - b. Os limites dos prédios
  - c. As águas
  - d. Árvores, arbustos e frutos
  - e. Direitos inerentes
  - f. Partes integrantes
- 107. Os móveis
- 108. Coisas fungíveis e infungíveis
- 109. Coisas consumíveis e não consumíveis
- 110. Coisas principais e acessórias
- 111. Coisas presentes e futuras
- 112. Coisas simples e compostas
- 113. Frutos
- 114. Benfeitorias

## CAPÍTULO VIII

### COMPLEXOS ENVOLVENDO COISAS

- 115. O património. Noção
- 116. As teorias sobre o património
- 117. O conceito de empresa. O seu carácter exterior ao Direito
- 118. O estabelecimento comercial. Enunciação dos seus elementos
- 119. O estabelecimento comercial e o conceito normativo de coisa e de objecto

## CAPÍTULO IX

### OS ANIMAIS

- 120. A perspectiva histórica dos animais como coisas. Do Direito romano à actualidade
- 121. Os animais como *tertium genus*

122. Regime jurídico de protecção dos animais

#### TÍTULO IV

#### AS SITUAÇÕES JURÍDICAS

#### CAPÍTULO XIX

#### DOGMÁTICA GERAL

187. Situação jurídica. Noção

188. Situação jurídica e relação jurídica. O debate em torno da sistematização do Código Civil

189. Classificações

190. O direito subjectivo. Noção

191. Direito subjectivo e direito potestativo

192. Bens ou interesses reflexamente protegidos

193. Os poderes

194. As expectativas jurídicas

195. Os poderes funcionais

196. As excepções materiais

197. Os deveres

198. Os estados de sujeição

199. Os ónus

200. Os deveres funcionais

#### CAPÍTULO XX

#### O EXERCÍCIO DE SITUAÇÕES JURÍDICAS

201. O exercício jurídico

202. Modalidades

203. O sistema do Código Civil

204. A titularidade da situação jurídica

205. Titularidade e exercício da situação jurídica

#### CAPÍTULO XXI



## A LEGITIMIDADE PARA O EXERCÍCIO

- 206. A legitimidade. Noção
- 207. Modalidades
- 208. Factos legitimadores
- 209. Ausência de legitimidade. Efeitos jurídicos
- 210. Legitimidade e legitimação. Confronto
- 211. Factos legitimadores

## CAPÍTULO XXII

### A REPRESENTAÇÃO

- 212. Origem histórica e evolução
- 213. Modalidades. As teorias da representação
- 214. Requisitos da representação
- 215. Os efeitos da representação
- 216. A procuração. Forma e outorga
- 217. Os poderes de representação
- 218. Procuração no interesse do procurador e no interesse do representado e de terceiro
- 219. A procuração e o negócio base
- 220. A substituição do procurador
- 221. A cessação da procuração
- 222. A tutela de terceiros. Representação aparente e representação tolerada
- 223. Representação sem poderes
- 224. Abuso de representação.

## CAPÍTULO XXIII

### O EXERCÍCIO INADMISSÍVEL DE SITUAÇÃO JURÍDICA

- 225. A doutrina do abuso de direito. O ponto de partida nos actos emulativos. A insuficiência
- 226. Coordenadas actuais do instituto O exercício inadmissível e a boa fé
- 227. A tipificação das situações de exercício inadmissível
- 228. A *exceptio doli*

- 229. O *venire contra factum proprium*
- 230. Inalegabilidades formais
- 231. *Supressio e surrectio*
- 232. *Tu quoque*
- 233. O desequilíbrio no exercício
- 234. Tendências jurisprudenciais recentes e construção dogmática do exercício inadmissível de situação jurídica

## CAPÍTULO XXIV

### A REPERCUSSÃO DO TEMPO NAS SITUAÇÕES JURÍDICAS

- 258. A relevância jurídica do tempo
- 259. Os prazos. Prazos civis e prazos processuais
- 260. O âmbito dos prazos civis
- 261. O cômputo do prazo. Regras civis
- 262. A prescrição. Noção e eficácia geral
- 263. Invocação e beneficiários da prescrição
- 264. Prazos de prescrição. Modalidades de prescrição
- 265. Prescrição presuntiva
- 266. Interrupção e suspensão da prescrição
- 267. Caducidade. Noção e eficácia geral
- 268. Tipos de caducidade
- 269. Decurso do prazo
- 270. Desnecessidade de invocação
- 271. Prescrição e caducidade. Confronto
- 272. A *suppressio ex bona fide*. Relevância

#### BIBLIOGRAFIA:

- Albuquerque, Pedro de – A Representação Voluntária em Direito Civil, Coimbra (2004)
- Almeida, Ferreira Carlos – Texto e Enunciado na Teoria do Negócio Jurídico, I e II, Coimbra (1992)
- Ascensão, José de Oliveira – Direito Civil – Teoria Geral, I, 2.ª ed. (2000)
- Direito Civil – Teoria Geral, II, 2.ª ed. (2003)

- Direito Civil – Teoria Geral, III (2002)

- Direito Civil – Reais, 5.ª edição (2000)

Carvalho, Orlando de – Teoria Geral do Direito Civil, Coimbra (2012)

Código Civil Anotado, coordenado por Ana Prata, I, Coimbra (2019)

Comentário Ao Código Civil – Parte Geral, coordenado por José Brandão Proença e Luís Carvalho Fernandes, Lisboa (2014)

Cordeiro, António Menezes – Tratado De Direito Civil, II, Negócio Jurídico, 4.ª ed. (2017)

- Tratado De Direito Civil, III, Coisas, 4.ª ed. (2019)

- Tratado De Direito Civil, IV, As Pessoas, 5.ª ed. (2019)

- Tratado De Direito Civil, V, Exercício Jurídico, 3.ª ed. (2017)

Fernandes, Luís Carvalho - Teoria Geral do Direito Civil, I, 6.ª ed. (2012)

Hörster, Heinrich Ewald/ Silva, Eva Sónia Moreira da - A Parte Geral do Código Civil Português, 2.ª ed. (2019)

Justo, António Santos - Direitos Reais, 6.ª ed. (2019)

- Direito Privado Romano, I, 6.ª ed. (2017)

Leitão, Luís Menezes – Direitos Reais, 8.ª ed. (2019)

Lima, Fernando Andrade Pires de/Varela, João de Matos Antunes, Código Civil Anotado, I, 4.ª ed. (1987)

Marques, José Dias – Noções Elementares de Direito Civil, 2.ª ed. (1992) (com a colaboração de Paulo de Almeida)

Mendes, João De Castro - Teoria Geral Do Direito Civil, I, 1978 (reimpressão 1998)

- Teoria Geral Do Direito Civil, II, 1979

Pinto, Carlos Alberto Mota - Teoria Geral do Direito Civil, 4.ª ed. (2012) (com a colaboração de António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto)

Pinto, Paulo Mota – Declaração Tácita e Comportamento Concludente no Negócio Jurídico, Coimbra (1995)

Sousa, R. Capelo de – Teoria Geral do Direito Civil, Coimbra (2003)

José Alberto González – Código Civil Anotado, I (Parte Geral), 2.ª ed. (2019)

Vieira, José Alberto – Negócio Jurídico, Coimbra (2006)

- Direitos Reais, 3.ª ed. (2020)

Vasconcelos, Pedro Pais de - Teoria Geral do Direito Civil, 9.ª ed. (2019)